

ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA: APONTAMENTOS ACERCA DAS PERSPECTIVAS DA RELAÇÃO BRASIL E ANGOLA

POST-INDEPENDENCE ANGOLA: NOTES ABOUT THE PROSPECTS OF
RELATIONSHIP BRAZIL AND ANGOLA

Andrea Pires Rocha
José Francisco dos Santos

ABSTRACT: This article, based on Itamaraty memorandums, memoir books, among other sources, explores the relationship between the Brazilian and Angolan states, post-independence of Angola. Brazil was the first country to recognize Angolan emancipation. What draws attention to this Brazilian role was the conjuncture of the period. Angola with the Angolan People's Liberation Movement (MPLA), then linked to the USSR and Cuba, and Brazil notoriously linked in the period to the USA and living a Civil-Military dictatorship. With all this contradiction after independence, the Brazilian State created, at the beginning of 1975, a Special Brazilian Representation, in Angolan soil, which was headed by the diplomat Ovídio de Andrade Melo. On November 11, 1975, Angola obtained its independence. After the commemorations, the Brazilian state demonstrated its contradictions, since the representation was not automatically transformed into an embassy, since the sending of a new Brazilian representative to Angola took time to happen. The sending of an ambassador by the Brazilian state, however, was resisted by the Angolan government. By means of the mentioned sources, we discuss the details of this relation.

KEYWORDS: Post-independence; Brazilian State; Angolan state

RESUMO: O presente artigo, baseado em memorandos do Itamaraty e livros de memórias, dentre outras fontes, discorre a respeito da relação entre o Estado brasileiro e angolano, pós-independência de Angola. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a emancipação angolana. O que chama atenção sobre esse protagonismo brasileiro foi a conjuntura do período. Angola independente, tendo a frente o Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA, ligado a então a URSS e a Cuba, e o Brasil notoriamente ligado, no período, ao EUA e vivendo uma ditadura Civil-Militar. Com toda essa contradição após a independência, o Estado brasileiro criou, no início do ano de 1975, uma Representação Especial Brasileira, em solo angolano, que tinha a frente o diplomata Ovídio de Andrade Melo. Em 11 de novembro de 1975 Angola obteve sua independência. Após as comemorações, o Estado brasileiro demonstrou suas contradições, pois a representação não foi transformada automaticamente em uma embaixada, posto que o envio de um novo representante brasileiro a Angola demorou para acontecer. O envio de um embaixador por parte do Estado brasileiro, no entanto, sofreu resistência por parte do governo angolano. Por meios das fontes apontadas discorremos os pormenores dessa relação.

PALAVRAS-CHAVES: Pós-independência; Estado brasileiro; Estado angolano

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA: APONTAMENTOS ACERCA DAS PERSPECTIVAS DA RELAÇÃO BRASIL E ANGOLA

Andréa Pires Rocha¹
José Francisco dos Santos²

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Este “ineditismo” brasileiro levou o país a ter relações privilegiadas com Angola. Contudo, no que diz respeito ao reconhecimento dessa libertação há diversas controvérsias sobre como um país regido por uma ditadura Civil-Militar poderia ter tido esse protagonismo, notadamente pelo fato de ser o regime brasileiro fortemente influenciado pelos EUA. A independência de Angola (ocorrida em 11 de novembro de 1975) foi dirigida pelo Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, que a época possuía estreitas ligações com a URSS e Cuba, em um contexto de Guerra Fria.

Nesse artigo discorreremos a respeito do processo de transição do status de “Representação Especial Brasileira” para “Embaixada Brasileira” em Luanda, processo árduo e de difícil entendimento, pois havia forças no governo brasileiro que não aceitava o ineditismo brasileiro no reconhecimento da independência de Angola, justamente por conta do movimento que assumiu o poder, o MPLA. Por essa questão, inferimos que o reconhecimento da Representação como Embaixada ocorreu somente após mais de um mês. Para além disso, inicialmente o governo angolano no poder em Luanda não aceitava como embaixador o nome do diplomata Affonso Ouro Preto.

Para entendermos este contexto, é importante percebermos como a opinião pública angolana viu o reconhecimento brasileiro do governo do MPLA, e as repercussões diante disso. Ovídio Melo escreve ao governo brasileiro em 26/12/1975, apontando que,

Como era esperado a campanha que alguns jornais brasileiros começaram a mover contra o reconhecimento de Angola começa a ter repercussões internacionais inclusive aqui um artigo hoje estampado na primeira página do jornal de Angola e divulgado também pelo rádio, o pretexto de esclarecer o público angolano sobre as relações com Brasil do curso basicamente as mesmas aleivosias no sentido de que o reconhecimento brasileiro só pode ter sido feito por um de dois motivos. 1) influência esquerdista em meios universitários, na imprensa até administração. 2) intenção velada dos Estados Unidos de manter aqui, através de uma embaixada brasileira, uma cabeça de ponte. Não importa ao articulista que duas versões tão contraditórias excludentes uma da outra possam ser assim apresentadas num só folego. Ambas versões servem ao Proposito de separar, de incutir

¹ Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL. e-mail: drea_rocha@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB-Brasil - e-mail:jose.francisco.puc@gmail.com

dúvidas e desconfianças aqui e no Brasil. Talvez tenham sido esta, e só esta, a intenção do artigo. Hoje mesmo manhã [sic] aqui veio esta missão o vice cônsul da Bélgica, que já estava a par do debate eniciado [sic] pelo Estado de São Paulo et que o como último representante dos países do mercado comum em Luanda estava aspas “curioso” fecha aspas sobre aspas[sic] verdadeira situação fecha aspas da Relações do Brasil com Angola. Repetidas vezes voltou ao assunto da importância do artigo do jornal de Angola, salientando sempre que aspas na certa tivera influencia oficial” fecha aspas que aspas haveria no seio da MPLA um [sic] linha mestiça [sic] contrária às Relações com o Brasil” que o artigo refletia a opinião desta linha do MPLA desconfiada para com o Brasil, desejosa de salvar a face, de dar impressão de que a iniciativa fora de Angola caso o governo brasileiro se decidisse a romper relações”. E tudo isso, não posso deixar de pensar nos muitos et variados interesses internacionais que se sentem infortáveis com a presença do Brasil aqui.³

Registramos que além das questões e reações para o reconhecimento da independência de Angola pelo governo brasileiro, salientamos que parte da sociedade angolana também via com ressalva o protagonismo do nosso país. A imprensa “verde-amarela”, nomeadamente *O Estado de S Paulo*,⁴ desenvolveu campanhas contrárias ao reconhecimento brasileiro. Essas notícias chegavam a Angola e levantavam suspeitas das reais intenções do Estado brasileiro. Do outro lado, vemos que havia a suspeita de que o Brasil estaria a serviço do governo estadunidense, suposição que se deu pelo fato do Brasil estar vinculado, por questões ideológicas, ao governo do EUA, o qual sempre apoiou o regime de Ditadura Civil-Militar brasileiro. Além disso, havia o fato dos Estados Unidos apoiar a FNLA e UNITA. Portanto, seria interessante ter um “espião” para acompanhar o governo angolano do MPLA.

O histórico do Brasil contribuiu para essa concepção, pois a relação com o regime salazarista impediu relações com as colônias portuguesas. Este contexto sofreu modificações nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, mas, mediante o golpe perpetrado pelos militares, houve um retrocesso no que dizia respeito à relação com os países africanos, sobretudo as colônias portuguesas. Apenas após o governo de Castelo Branco que o país voltou a buscar uma reaproximação.

³ TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA EXTERIORES, CARÁTER URGENTE – ÍNDICE: ARTIGO DO JORNAL DE ANGOLA SOBRE AS RELAÇÕES COM O BRASIL. EM 26/12/1975. Mantivemos a grafia original dos documentos analisados, *ipsis literis*, mantendo os erros de escrita e pontuação.

⁴ A respeito do periódico registramos: “A imprensa tomou partido no assunto. O Estado de S. Paulo dedicou uma série de editoriais, no ano de 1975, a criticar o Itamaraty e ao pragmatismo na política externa brasileira. Em um editorial intitulado “Mexicanização da Diplomacia”, publicado em 12 de novembro de 1975, o jornal acusava o chanceler de ter tido interesse pessoal na “sedução de setores de esquerda” no Brasil e no mundo. Seguindo a mesma linha de acusação da linha-dura do estamento militar, o mesmo editorial afirmava que o Brasil havia reconhecido diplomaticamente, em Angola, um “fato criado por Moscou e Havana”. E esse era um fato grave para uma área de vital importância geopolítica para o Brasil como o Atlântico Sul. A matéria, “de segurança nacional”, tinha sido resolvida com aqodamento” (SARAIVA, 1999, p.244).

Outra questão que nos interessa no contexto pós-reconhecimento, se refere à leitura que outros países, próximos ou não, fizeram a respeito da atitude brasileira. No mesmo memorando, Melo discorreu:

Segunda Parte [...] Portugal desde logo, não tendo reconhecido, sente a presença do Brasil como desastre para sua política secular de separar o Brasil e Angola. Os países do mercado comum temem um pujante concorrente comercialista. Finalmente, a União Soviética e Cuba pretendem com sua ajuda militar posar como única defensora de Angola contra a África do Sul perante os povos da África bem sabe que a presença do Brasil não lhe deixa movimentos totalmente livres et constitue [sic], também aos olhos da África, um apoio contra o apartheid e a intervenção. Teme sobretudo que a presença diplomática do Brasil possa vir mais adiante a moderar um processo político que ameaça convulsionar toda a África et em que Cuba, sozinha de ser única protagonista. O artigo, em suma vc começa cuidadosamente alinhando os seguintes argumentos. 1) que os partidos de esquerda no Brasil sempre apoiaram o MPLA. 2) que a imprensa principalmente jornais como Opinião, Movimento e Tribuna da Imprensa também o apoio que os Centros de Estudos Afroasiáticos [sic] vc principalmente na Faculdade Candido Mendes. 3) que o Itamaraty em aberto a Relações com Angola por causa da influência destes centros de Estudos Afro Asiáticos é que, por isso, também tendo em vista a opinião pública o governo brasileiro teria sido levado a reconhecer Angola a seguir o artigo comenta. No entanto, observadores bem informados acreditam que a motivação do governo brasileiro seja outra, que por influência norte americana deseje apenas manter em Angola um posto de observação. Mas que isso o governo e o povo angolano não permitirão. O jornal de Angola, que foi do FNLA, encontra-se ainda hoje não muito à vontade com o governo junto ao qual tenta provar constantemente sua ortodoxia no que caindo sempre em exageros. Estou procurando contactar a diretoria geral de informações a fim de conversar sobre este artigo e mostrar quão absurdas são as afirmações que faz final.⁵

As informações expostas por Ovídio Melo denotam uma visão “nebulosa” sobre as intenções do Brasil em relação ao governo angolano, pois com elas verificamos o intuito de realmente desestabilizar as relações entre ambos os Estados. Evidentemente o Brasil tinha interesses comerciais em Angola. Ovídio Melo chama atenção para o receio que causava em Portugal, e por isto inferimos que isso se deu por conta da tentativa de preencher a lacuna que a ex-metrópole deixava. Saliente-se que Cuba e a URSS, segundo Ovídio Melo, desconfiavam das reais intenções brasileiras.

Não obstante, o diplomata brasileiro chamou atenção quando discorre sobre a imprensa angolana e cita a esquerda do nosso país, por conta do seu apoio ao MPLA, o que não era novidade. Além disso, menciona o apoio dos periódicos Opinião, *Movimento e Tribuna da Impren-*

⁵ TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA EXTERIORES, CARÁTER URGENTE – ÍNDICE: ARTIGO DO JORNAL DE ANGOLA SOBRE AS RELAÇÕES COM O BRASIL. EM 26/12/1975.

sa⁶, que embora historicamente tenham sua importância no cenário político brasileiro do período da Ditadura Civil Militar, pouco puderam interferir na conduta político-diplomática do governo brasileiro. Ao mencionar o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, os descreve como vetores de informações que contribuíram para o reconhecimento da independência.

Cumprir observar o que José Maria Nunes Pereira Conceição discorreu em sua dissertação “Os Estudos Africanos no Brasil e nas Relações com a África – um Estudo de Caso: O CEAA (1973-1986)” (1991), a respeito da criação do Centro Estudos Afro-Asiáticos, pois estas expõem questões pertinentes ao nosso trabalho,

[...] Para o Ibeaa [Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos], o estudo do mundo afro-asiático (que vivia ainda a época do “espírito de Bandung”, era meio de cumprir sua função principal: colaborar com o Itamaraty no planejamento das relações culturais entre Brasil e os países da África e da Ásia. No entanto, perdido o impulso inicial do gesto de abertura de Jânio Quadros, a política africana do Itamaraty esmaeceu face aos embates travados com o lobby português que atuava tanto internamente no Ministério das Relações Exteriores quanto externamente, através da então influente federação das Associações Portuguesas, muito bem articuladas com setores políticos brasileiros favoráveis a Salazar. Para a análise que estamos realizando, importa salientar que o Ibeaa constitui o único caso que conhecemos de criação de um centro de estudo africano no justo momento e em função dele – de uma virada brasileira não só para África, como também para o Terceiro Mundo em geral.

No caso do CEAA, verificamos que sua criação foi antes de tudo, a retomada por Cândido Mendes de sua proposta programática iniciada no Ibeaa [...] para os parâmetros de uma instituição privada. Para vice-diretor executivo do CEAA, foi indicado José Maria Nunes Pereira, que era assistente do professor Cândido Mendes num curso sobre política africana na PUC-RJ e que possuía razoável acervo de livro, periódicos e documentos sobre África. Embora brasileiro, José Maria Nunes Pereira estudou em Portugal, onde, no final dos anos 50 e início dos 60, foi membro da Casa dos Estudantes do Império (CONCEIÇÃO, 1991, p. 87-88).

Salientamos que o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos - IBEEA, segundo José Maria Pereira, foi o “único caso que conhecemos de criação de um centro de estudos africanos no justo momento e em função dele”. Primeiro constatamos que naquele momento havia precariedade do Itamaraty em relação às questões ligadas a África; segundo, pois membros do instituto, nomeadamente Cândido Mendes, fundaram um centro privado voltado aos Estudos sobre as

⁶ A respeito desses periódicos, o pesquisador Rivaldo Chinem, em seu livro “Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação (1995), afirma: “Entre 1964 e 1980 nasceram e morreram cerca de 300 periódicos de tamanho tabloide, que tinham como traço comum a oposição sistemática aos militares que comandavam o país a ferro e fogo. Neste livro, além de descrever a trajetória de uma série de publicações que se impuseram, nos anos 70, como alternativas de noticiário, de postura, de mercado, de organização acionária à grande imprensa, o autor resgata a memória de um período notável, que modificou a história do jornalismo brasileiro. Rivaldo Chinem relata ainda a valentia de alguns desses jornais, destacando casos especiais como Pasquim, Opinião e Movimento, a tríade que influenciou gerações de jornalistas, dando exemplo da indignação que toma conta do ser humano ao ver cerceada a sua liberdade” (CHINEM, 1995, p. 7-8).

relações Brasil e o continente Africano. Não obstante, o CEAA foi citado no memorando do Ovídio Melo, como tendo influenciado na decisão do Brasil para o reconhecimento de Angola, conforme a notícia do periódico *Jornal de Angola*.

O primeiro centro de estudos africanos no Brasil (Centro de Estudos Afro Orientais – CEAO) surgiu em 1959, na Universidade Federal da Bahia, com o português Agostinho da Silva. Em 1966 foi fundado o Centro de Estudos Africanos – CEA, na Universidade de São Paulo. Entre os seus criadores estava o professor Fernando Mourão. Em 1973 foi fundado o Centro de Estudo Afro-asiático - CEAA, ao qual nos referimos anteriormente.

Além do memorando de Ovídio Melo, em que relata o fato da imprensa angolana comentar sobre a possível influência do CEAA, o então ministro das relações exteriores, Francisco Azeredo da Silveira menciona o CEA, “temos na USP, um instituto Africano, talvez o mais importante do Brasil, embora a Bahia seja o *showcase* mais interessante. (2010, p. 99)⁷. A citação de Azeredo da Silveira reforça os argumentos em torno das influências desses centros em torno do conhecimento sobre o continente africano.

Podemos inferir que o estabelecimento de um novo país, como foi o caso de Angola, e levando em consideração o contexto em que foi constituído, envolvendo a questão da Guerra Fria e seu passado colonial, levava a tensões constantes. Em relação ao Estado brasileiro, após a saída de Ovídio Melo, Affonso Ouro Preto o substituiu. Todavia, como já apontamos, o governo da MPLA em primeiro momento rejeitou o seu nome, como relatou Ovídio Melo,

Na chegada a Lisboa, o Ministro-Conselheiro Leite Ribeiro esperava-me à porta do avião com um recado de Zappa e de Silveira: queriam que eu voltasse imediatamente a Luanda, para assumir de novo a missão, dado que o novo Encarregado de Negócios não fora aceito. Relutei muito em voltar. Tive uma longa e irritada conversa telefônica com Zappa, no Brasil, outra com Silveira, que se encontrava em Paris. Finalmente aceitei retornar apenas por mais uns dias, somente para esclarecer de vez qual a razão pela qual o nome de Affonso Celso Ouro Preto, uma excelente indicação para o posto, havia sido recusado. De volta a Luanda, logo pude apurar: Affonso Celso tinha um meio irmão bem mais velho, Carlos Silvestre, que fora Embaixador em Portugal, ao tempo de Salazar. Este irmão, no meio da década de 1960, havia visitado oficialmente Angola e fizera um destemperado discurso pró-Portugal, de cunho nitidamente colonialista. O MPLA confundira os dois irmãos. E o discurso fora tão traumático que mais de dez anos depois servia como motivo para recusar o novo Encarregado de Negócios designado por Silveira. Tratava-se de mera confusão de sobrenome. Mas a decisão de recusa fora do Bureau Político do MPLA, que só se reuniria de novo, dadas as festas de fim de ano, no último dia de 75. Cabia ao Bureau Político reconsiderar a questão e desfazer o equívoco (MELO, 2009. p 141.)

⁷ O pesquisador Matias Spektor organizou o livro **Azeredo da Silveira: um depoimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Com depoimentos do ex-ministro das relações exteriores sobre o período que atuava como chanceler.

Por conta dessa conjuntura de desentendimentos políticos, Ovídio Melo teve que ficar em Angola até 6 de janeiro de 1976. Nesse período convenceu a cúpula do MPLA do equívoco que ocorreu. Em outro memorando, Ovídio Melo esclarece essa questão com o diplomata responsável pelo Departamento de África, Ásia e Oceania, Ítalo Zappa,

Como seguimento da decisão ontem tomada pelo conselho da Revolução e que tive notícia antecipada pelo Primeiro Ministro Lopo do Nascimento fui hoje chamado ao Ministério das Relações Exteriores para que me fosse entregue nota com o seguinte teor. “o Ministério das Relações Exteriores da República Popular de Angola apresenta os seus melhores cumprimentos ao Sr. Ovídio de Melo, Encarregado de Negócio ad interim da República Federativa do Brasil e tem a honra de pedir lhe faça o obséquio de informar a sua excelência Antônio Francisco Azeredo da Silveira, ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil que, após o esclarecimento do equívoco relacionado coma a pessoa do Sr. Ouro Preto indicado pelo governo brasileiro para o cargo de Encarregado de Negócios ad interim na República Popular de Angola, o nosso governo decidiu dar acordo este ministério aproveita a oportunidade para reiterar lhe testemunho da mais alta consideração de José Eduardo dos Santos, ministro da Relações Exteriores. Gabinete do ministro das relações exteriores em Luanda em trinta de dezembro de mil novecentos e setenta e cinco”. Levei ao ministro comigo o secretário Ouro Preto e apresentei às autoridades, que foram todas extremamente cordiais conosco, tiveram palavras muito simpáticas para com o Brasil, para com vossencia e presidente pediram desculpas pelo quiproquó havido e terminaram por convidar a mim e a Ouro Preto para que compareçamos ao Palácio amanhã, à primeira festa de ano novo de Angola independente. Por falta absoluta de meios de transporte só poderei embarcar para Lisboa a caminho do Brasil no dia quatro de janeiro. Em tempo, com a permissão de Affonso Ouro Preto, esclareço que o equívoco havido, segundo as palavras de próprio ministro José Eduardo, nada tem a ver com conselheiro Gil Ouro Preto que aqui foi Encarregado de Negócio em setembro passado e contra o qual nada tem este governo final.⁸

No memorando em que informa sobre as questões em Angola ao seu chefe, Ítalo Zappa, Ovídio Melo evidencia o jogo de forças entre os dois países em relação às questões político-diplomáticas, alertando, que mesmo havendo o protagonismo brasileiro, o governo angolano não estava a mercê do Brasil. Melo abordou a necessidade de o Estado brasileiro estreitar os laços com Angola, para compensar o longo período distante. Todavia, vemos pelo episódio envolvendo o diplomata Affonso Ouro Preto e seu meio irmão⁹, que o governo angolano *a priori* não es-

⁸ TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA CONHECIMENTO IMEDIATO DO SENHOR EMBAIXADOR ITALO ZAPPA, CARÁTER URGENTE – ÍNDICE: ENCARREGATURA DE NEGÓCIOS. EM 31/12/1975.

⁹ A respeito do meio irmão do diplomata Affonso de Ouro Preto, salientamos as considerações do historiador Pio Penna sobre esse episódio em seu artigo A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO “[...] Há um episódio curioso envolvendo o Embaixador Carlos Silvestre de Ouro Preto e sua convicta postura a favor do colonialismo português e do regime salazarista. Sua simpatia por ambos foi tornada pública em várias ocasiões e, numa dessas, em meados da década de 1960, um militante pela independência de Angola teve oportunidade de presenciar os efusivos comentários de Ouro Preto a favor do regime português.

tava sujeito a tolerar qualquer “capricho do governo brasileiro”. Ao contrário do que ocorreu com o diplomata Carlos Alberto da Fontoura¹⁰, que quando indicado para embaixador em Lisboa demorou a receber seu *agrément*, o governo angolano rejeitou a indicação de maneira mais tácita e direta.

Importante salientar as contradições nas informações, pois em seu livro de memórias Ovídio Melo expõe que a resistência a Affonso Ouro Preto estava ligada ao seu meio irmão Carlos Silvestre de Ouro Preto, este a favor do regime salazarista, e também ex-adido em Angola. Contudo, no memorando Melo enfatiza que a rejeição ao nome de Affonso Ouro Preto não tinha nada a ver com seu meio irmão mencionado. Quais os motivos da omissão dessa informação? Inferimos que para evitar um episódio semelhante que envolveu a embaixada brasileira em Lisboa com o embaixador Fontoura, optaram por omitir essa informação numa perspectiva de diminuir as tensões naquele momento delicado em que o país vivia.

Os últimos dias de Ovídio Melo em Luanda foram frenéticos, pois passou a maior parte do tempo resolvendo e prevenindo eventuais problemas que o seu sucessor poderia enfrentar no cargo. Vejamos que ele continua a fazer visitas ministeriais, a exemplo da que teve com o ministro da defesa angolano, em 02/01/1976:

004 sexta-feira 19:00hs- [...] além da conversa com o Presidente Neto, reportada no tel em referência, ao apresentar Ouro Preto a dirigentes do MPLA e membros do governo, outras conversas tivemos, das quais vale destacar os seguintes pontos bi. ministro da defesa Henrique Carreira chamou-nos atenção para o edital de concorrência que este governo fez publicar na imprensa local e que já encami-

Impressionado com sua postura, o sobrenome Ouro Preto ficou gravado na memória do militante que logo informou os seus camaradas sobre a existência de um diplomata brasileiro excessivamente simpático à causa lusitana. Muitos anos depois, em 1975, quando Angola se tornou independente e o Brasil decidiu designar um substituto para o então Representante Especial em Luanda, Embaixador Ovídio de Andrade Melo, a escolha recaiu sobre o diplomata Afonso Celso de Ouro Preto, que teve suas credenciais negadas pelo governo do MPLA. O Embaixador Ovídio, que retornava de Luanda para o Brasil via Lisboa, teve a sua viagem interrompida a pedido do Ministro Azeredo da Silveira, que se encontrava em Paris, o qual, tendo tomado conhecimento da recusa angolana pela indicação do governo brasileiro, solicitou ao Embaixador Ovídio que retornasse a Luanda para esclarecer a situação. Qual não foi a sua surpresa quando, tendo sido recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Angola, o Embaixador foi informado que o governo angolano se recusava a aceitar o diplomata brasileiro por ter ele sido um veemente colaborador do colonialismo português! O Embaixador, pacientemente, explicou à autoridade angolana que havia um grande mal-entendido na questão, uma vez que aquele que o governo brasileiro indicara para assumir temporariamente a Embaixada (que ainda não havia sido efetivamente criada) era outro Ouro Preto, inclusive com posturas políticas radicalmente diferentes do Embaixador Carlos Silvestre de Ouro Preto, por sinal irmão mais velho de Afonso Celso. Desfeito o engano, o governo angolano aceitou o diplomata designado pelo Brasil. Enfim, o episódio demonstra como, de fato, Carlos Silvestre de Ouro Preto causou má impressão nos círculos angolanos que lutavam pela independência. Ovídio de Andrade Melo. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2000. Site www.ichs.ufop.br/memorial/conf/mr4d.pdf. Acessado no dia 05/08/2014.

¹⁰ A respeito de Carlos Alberto da Fontoura, foi embaixador em Portugal no período da Revolução do Cravos, em 1974, a revolução derrubou o regime totalitário de Antônio Salazar, regime conhecido como salazarismo, que durou de 1926 até 1974. Fontoura foi diretor do Sistema Nacional de Informação -SNI temido órgão repressor da Ditadura Civil Militar. Cumpre observar que seu nome não foi bem quisto pelo governo de transição português, que agora estava mais ligado a setores progressistas da sociedade, portanto contrário ao seu nome. Ver: Santos 2015; 2018.

nhamos ao Itamaraty pelo tel 581. Indagou-nos se o Brasil não estaria interessado no fornecimento de uniforme de dois ou três diferentes tipos para todas as forças armadas angolanas, num total de uns trinta mil homens. Lembrou que ainda recentemente fornecemos uniformes para a polícia, adiantou-nos que no pagamento seria a visita e que estavam também interessados em comprar veículos para transporte, material para comunicação sobre a situação militar, declarou-nos que a mesma estava por enquanto estabilizada, que o ataque do Zaire a Cabinda - vide tel 001 - não foi forte e pode ser facilmente rechaçado e terminou por anunciar que em “breves dias haverá notícias de cunho miliar muito favoráveis ao MPLA”.¹¹

Registramos que Ovídio Melo, mesmo de saída, ainda organiza encontros de prospecção de negócio com o ministro da defesa, Henrique Carreira. Entre os produtos que interessava ao Estado angolano: veículos e material de comunicação. Lembrou também da aquisição de uniformes para as forças policias, os quais foram encomendados ao Brasil e que deveriam ser pagos em divisas de 700,000.00 dólares, conforme memorando de 31/10/1975.

Voltando a questão da imprensa, como percebemos nos memorandos que Ovídio Melo envia aos seus superiores, abordando a questão da repercussão nos veículos de comunicação brasileiros, afirma que alguns tratam a questão de forma negativa, a exemplo do *O Estado de S. Paulo*, e *O Jornal de Angola*. A respeito desse assunto destacamos um trecho do memorando de Ovídio Melo de 31/12/1975,

[...]Luís de Almeida, diretor geral da informação, perguntei lhe sobre o artigo que foi objeto de meu telegrama cinco nove zero pedindo-me explicação como era possível que uma matéria publicada naquele jornal, com destaque em momento tão crucial para Angola, pudesse até por em risco as relações com o Brasil que para Angola são tão importantes, Luís de Almeida mais uma vez se mostrou furioso com o Jornal de Angola, disse-me que o governo por deficiência de quadros ainda não tem poderes para controlar a imprensa e que o jornalista que escreveu o tal artigo “já ká estava a escrever no antigo Província de Angola antes do vinte et cinco de abril”. anunciou que medida urgente estava sendo tomada para controlar a imprensa e rádio nesses difíceis momentos de guerra que o país atravessa e que “aproximadamente em duas semanas não mais teremos quaisquer aborrecimentos desta espécie” [...].¹²

Para refletirmos sobre este contexto, é essencial nos pautarmos nos ensinamentos do jornalista Perseu Abramo (2003), que “a manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade” (PERSEU, 2003 p. 24). No diálogo entre Ovídio Melo e Luís de Almeida, percebemos a irritação de ambos com a forma como as notícias sobre o relacionamento

¹¹ TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: CONTACTO COM MINISTRO DA DEFESA ANGOLANA. EM 31/12/1975.

¹² TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: CONTACTO MEMBROS DO GOVERNO ANGOLANO. EM 31/12/1975.

entre Brasil e Angola estavam sendo expostas. Luís de Almeida aponta a falta de quadros adequados para colocar nos periódicos, a exemplo do *Jornal de Angola* outrora chamado *A Província de Angola* e que o jornalista, autor do artigo, tinha o intuito de abalar as relações entre Brasil e Angola, pois estava no jornal desde antes da Revolução dos Cravos.

Contudo, registramos que no documento em questão, ambos demonstram a intenção de ter um controle maior da imprensa, a fim de que matérias sensacionalistas fossem divulgadas, ou que, caso não sejam de interesse do Estado, não fossem publicadas. Essas observações nos fizeram indagar quanto dos fatos reais são realmente publicados pela imprensa.¹³ Não obstante, outra preocupação é o controle do Estado sobre a imprensa.

Em outra parte do memorando, Ovídio Melo relatou o encontro que teve com representantes do Estado angolano, que na época eram notórios, mas, alguns, a exemplo, de Nito Alves¹⁴, será acusado de traição um ano depois, no episódio conhecido como “27 de maio de 1977”. Sobre esta questão, Ovídio Melo escreve,

[...] Nito Alves, ministro da administração interna, prestigioso chefe militar vencedor da Batalha de Luanda em julho passado, aparentemente líder de uma tendência moderada no MPLA, manifestou interesse em reencontrar o encarregado de negócio brasileiro. Garcia Neto, secretário geral do ministério das relações exteriores, adiantou, a respeito da retirada da Gulf de Cabinda mencionada no tel 592, que o seu governo “surpreenderia os norte-americanos ao não tomar talvez, em Cabinda a iniciativa esperada de nacionalizar a Gulf”. Em outras palavras, o MPLA estudaria a possibilidade de não tomar uma medida radical que pudesse comprometer a sua imagem nos países ocidentais e dificultar em eventual futuro, diálogo com a Gulf. Limitar-se-ia, por enquanto, a decretar uma “intervenção” na empresa norte americana. De todos os ministros e dirigentes do MPLA com quem falamos, só detectamos uma certa frieza do ministro da educação, o poeta Antonio Jacinto, branco, nascido em Portugal, pareceu-nos distante e evasivo, talvez ciumento da presença e das possibilidades do Brasil em Angola.¹⁵

Além, de Nito Alves, Ovídio Melo cita Antonio Jacinto, renomado poeta e escritor angolano, que no trabalho sobre o MABLA¹⁶, mencionamos sua participação nas trocas culturais entre Brasil e Angola, por meio da *Revista Sul*, editada em Santa Catarina por Salim Miguel, nas

13 “1. Padrão de ocultação – é o padrão que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. [...] É um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade.” (PERSEU, 2003 p. 25) Opera no momento da pauta, quando está se decidindo o que será noticiado ou não é quando se decide o que é fato jornalístico daquilo que é não-jornalístico (PERSEU, 2003p. 26).

¹⁴ Bernardo Alves Baptista (Nito Alves), com os nomes de guerra Agir, Chou em Lai, ou simplesmente Nito Alves, nasceu em 23 de junho de 1945 na aldeia de Piri, do conselho dos Dembos, numa modesta família. Assume logo altos cargos no comando da MPLA. Combate com a Revolta Activa ficando com o odioso da repressão. Em 1977 é preso e condenado por traição. Ver Mateus, 2009.

¹⁵ TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: CONTACTO MEMBROS DO GOVERNO ANGOLANO. EM 31/12/1975.

¹⁶ Sobre esta questão, ver: Santos, 2010.

décadas de 1950 e 1960.¹⁷ Chama atenção a postura do poeta Antônio Jacinto, e inferimos que a mesma possa ser decorrente justamente do fato de ter sido o Estado brasileiro até pouco tempo, apoiador do salazarismo. Essa mudança foi vista com ressalvas por ele.

A seguir, veremos as repercussões internacionais do reconhecimento da independência angolana por parte do Brasil.

1.2 Repercussões internacionais do reconhecimento do Brasil em relação Angola e os percalços para o estabelecimento da Embaixada.

O embaixador brasileiro em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura, em outubro de 1974, escreveu sobre a situação de Portugal e das então “Províncias Ultramarinas”, num memorando enviado ao Itamaraty pedindo esclarecimentos sobre notícias a respeito de uma ação conjunta entre Brasil e França em relação ao estado angolano. Em resposta a tal questionamento, o Itamaraty enviou documento à Embaixada em Lisboa, o qual foi assinado pelo Ministério de Relações Exteriores, que tem como tema *Relações Brasil – República Popular de Angola*, no qual aborda a questão da relação com a França. Vejamos,

Em resposta a seu telegrama nº 162, informo Vossa Excelência de que o Comunicado Conjunto de imprensa, emitido por ocasião do encerramento da estada do Ministério Sauvagnargues em Brasília, contem o seguinte parágrafo:

“Examinaram as relações da França e do Brasil com o continente africano, ao qual os dois países se encontram ligados por estreitos laços de ordem afetiva cultural, histórica e geográfica. Assinalaram, ademais, a importância crescente dos acontecimentos na África, sobre o que continuarão a manter consultas frequentes, no mais alto nível.”

2. As declarações do Ministro Sauvagnargues, tal como figuram na imprensa brasileira, estão inspirada nessa passagem do Comunicado Conjunto de imprensa que aprovamos. Aliás, tenho mantido – desde setembro último (quando de nosso encontro em Nova York, por ocasião da Assembleia-Geral das Nações Unidas) e passando por minhas estadas em Paris (visita oficial em outubro e conferência sobre a Cooperação Econômica internacional em dezembro) – con-

¹⁷ A respeito do contato entre Salim Miguel e Antônio Jacinto registramos, o seguinte trecho do livro *Relação Brasil/Angola* (2014) e que também está em nossa dissertação sobre o MABLA (2010) “[...] O órgão de repressão portuguesa, a PIDE, exercia controle sobre o material escrito que circulava pelas colônias e Salim Miguel narra um episódio: A meu ver, o melhor exemplo da repressão em Portugal e suas então colônias é uma carta cujo conteúdo não posso esquecer. Ela tinha data e a assinatura era um rabisco, embora tenha quase certeza ser de Antônio Jacinto. O remetente queria um manual de economia política. Dizia: “se não for encontrado em Florianópolis, veja se me consegue um exemplar em Porto Alegre ou em Montevidéu”, pois sabia que a Livraria Monteiro Lobato, de Montevidéu, distribuía a Sul e concluía caso consiga o livro não pode mandá-lo como recebeu. Terá de retirar a capa, a folha de rosto com o título, separar o miolo de cem em cem páginas, embrulhá-la em jornais ou revistas de variedades e despachar cada pacote em separado, porque só assim poderemos ter a sorte de receber os livros” (MIGUEL, 2005, p. 10).

versações amplas e francas com o chanceler da França sobre Angola, entre outros temas.¹⁸

Vemos pela resposta acima que o Ministério brasileiro de Relações Exteriores colocou que na ocasião de contatos com o Ministro Sauvagnargues, à época Ministro de Relações Exteriores da França, foi possível dialogar sobre a questão da relação franco-brasileira com Angola. Aponta que em meio as reflexões foram considerados aspectos em que França e Brasil possuem “laços estreitos com o continente africano.” Portanto, assinalaram como importante a continuidade das análises dos fatos ocorridos. Neste sentido, podemos inferir que, como apresentamos anteriormente pelo chanceler Azeredo Silveira, o reconhecimento brasileiro em relação ao Estado angolano foi uma decisão tomada no calor do momento, e que logo após a independência foram feitas reflexões e análises diplomáticas mais aprofundadas.

A resposta do Itamaraty continua,

3. Para governo exclusivo de Vossa Excelência, acrescento que o Ministro Sauvagnargues me disse, durante a longa conversa que, a sós, entretivemos no último dia 29 de janeiro, que compreendia perfeitamente a posição brasileira com relação a Angola e estava convencido de seu acerto. Em 30 de janeiro, durante a entrevista coletiva que concedeu à imprensa no Itamaraty, o Ministro Sauvagnargues afirmou em resposta ao jornalista Carlos Conde de “O Estado de São Paulo”, que a França e o Brasil buscavam objetivos comuns em Angola, à luz do interesse que necessariamente tinham com relação àquele país: uma solução africana sem, portanto, interferência externas. França e Brasil, entretanto, não dispunham de meios para exercer uma influência direta.

4. Em conversa igualmente em 29 de janeiro último, o Diretor de Assunto Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França de Laboulaye, afirmou ao Secretário-Geral das Relações Exteriores ser posição de seu governo, e também do Reino Unido, de que é necessário fazer algo para evitar que os “africanos moderados percam inteiramente a face” diante dos últimos acontecimentos. Insinuou, a propósito, que o Brasil teria condições para desempenhar um papel positivo na busca de uma solução na qual MPLA desse um mínimo de satisfação aos demais movimentos. As observações do Embaixador Laboulaye foram confirmadas por informações enviadas pelo Encarregado de Negócio em Paris, no sentido de que, no *Quai d’Orsay*, haveria interesse em saber em que medida estaria o Brasil disposto a exercer influência moderada sobre o Governo de Luanda e assim equilibrar a influência soviético-cubana.¹⁹

Na sequência do documento podemos aprofundar nossa análise, pois as questões expostas pelo Itamaraty a respeito da relação entre Brasil e França fortalecem os argumentos de setores da

¹⁸ TELEMAGRAMA DO MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES PARA EMBAIXADA EM LISBOA. CARTER SECRETO. ÍNDICE: POLÍTICA. ANGOLA. RELAÇÕES BRASIL-REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA. Nº77. EM 03/02/1976.

¹⁹ TELEGRAMA DO MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES PARA EMBAIXADA EM LISBOA. CARTER SECRETO. ÍNDICE: POLÍTICA. ANGOLA. RELAÇÕES BRASIL-REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA. Nº77. EM 03/02/1976.

imprensa angolana, uma vez que o chanceler francês almejava que o governo brasileiro tivesse uma participação mais reativa em relação ao governo angolano. Contudo, o memorando é concluído afirmando que a postura do Brasil seria de respeitar a soberania do Estado angolano, contribuindo para a sua construção. Mormente percebemos que o flerte das grandes potências com o Estado brasileiro, no sentido de ditar regras ou acompanhar as iniciativas brasileiras em solo angolano, decorrem do próprio fato do reconhecimento brasileiro, uma vez que havia expectativa de que o novo governo angolano pudesse abrir-se mais para o Brasil, que para outros países.

Para além dos flertes das grandes potências, em relação à atuação do Brasil em uma Angola independente, o substituto de Ovídio Melo não teve tarefa menos intensa, na agora Embaixada Brasileira em solo angolano. Affonso Ouro Preto, que no início sofreu resistência por conta de “um mal-entendido”, era, neste momento, o interlocutor brasileiro em Luanda e que a destreza diplomática estava à prova. Ouro Preto, em memorando enviado em 19/04/1976, intitulado *Relações Brasil-Angola*, evidencia o ônus a que estava submetido,

194-22200-Resp TP dos Tel. 146 e 175. Acordo com as instruções do despetel de referência, solicitei audiência ao secretário geral do ministério das relações exteriores a fim de desmentir os rumores veiculados pela “prensa latina” de que Brasília assinara um acordo com a África do Sul. O desmentido brasileiro, aliais já fora publicado pela imprensa angolana com a entrevista de imprensa do ministro Paulo Tarso Flecha de Lima (ver tel 192) o secretário geral após acolher as minhas explicações e manifestar interesse pelo fato de que o Brasil não designaria um embaixador em Pretória, desviou a conversa para uma extinção do consulado brasileiro em Luanda mt a criação de um setor consular na embaixada, assunto que, de acordo com as instruções do tel 146, ter sido objeto de nota ao ministério das Relações exteriores. Afirmou-me nesse particular, o secretário geral, que o assunto era sem dúvida de rotina administrativa, mas que envolvia “aspectos complexos” já que como o embaixador do Brasil não havia ainda chegado a Luanda, Angola e o Brasil mantinham relações diplomáticas “de facto” e não “de jure”. Manifestei surpresa diante das afirmações do secretário geral declarando que, no entender do governo brasileiro, não havia quanto à existência de Relações diplomáticas os dois países e que a vinda do embaixador seria uma consequência normal dessas relações e não uma condição previa para sua existência. As notas trocadas entre embaixada e o ministro, o “agrément” concedido ao embaixador, a aceitação das minhas funções de Encarregado de Negócios pelo governo angolano testemunhava amplamente a existência de Relações diplomáticas normais entre dois países. O secretário geral limitou-se a responder que o assunto era “complexo” e indagou a data da chegada do embaixador Souza Dantas. Respondi-lhe que o embaixador chegaria em fins de abril e que não o fizera antes por motivo das férias do congresso brasileiro (explicação que já fizera várias vezes à administração local).²⁰

²⁰ TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA. EM 19/04/1976.

Percebemos no memorando do diplomata Ouro Preto a “pressão” que este sofria do governo angolano. Como podemos perceber, a imprensa nacional e internacional indicava notícias sobre uma política externa brasileira dúbia para o continente africano. Embora inferirmos que as matérias eram tendenciosas, foi evidente, na política diplomática brasileira, a dubiedade em relação ao *apartheid*, na África do Sul, uma vez que mesmo condenando esse ato, o governo brasileiro não criou instrumentos que restringissem os investimentos do país em solo sul africano.

Em relação à ida do embaixador Raimundo de Sousa Dantas²¹ para seu posto, pode-se levantar a hipótese de que esta decisão foi resultante da própria conjuntura do pós-independência de Angola, e das pressões internacionais e internas de grupos que não concordavam com o reconhecimento brasileiro a emancipação deste país. Cumpre observar que nesse momento já era de conhecimento de todos a presença cubana e soviética em solo angolano e, como vemos pelos memorandos, presenças criticadas por alguns setores da imprensa brasileira, a exemplo do *O Estado de S Paulo*. Pelo relato de Ouro Preto, constatamos a impaciência do governo angolano mediante a postura morosa do governo brasileiro em enviar o embaixador para Angola.

Não obstante, evidenciamos que o Estado brasileiro via com ressalva as condutas do governo angolano. O diplomata Ouro Preto, em outro memorando, discorreu sobre a postura ideológica do então Ministro de Relações Exteriores angolano, José Eduardo dos Santos, que após 1979, com o falecimento de Agostinho Neto, assumiu a presidência e continua no poder até 2017. Ouro Preto escreveu,

[...] Roberto de Almeida, secretário geral das relações exteriores deve ser estudado num contexto maior que seja a linha política do seu ministério. José Eduardo dos Santos, ministro do exterior e um dos elementos mais pro soviético do governo do RPA. Foi educado na União Soviética (contrariamente a maior parte dos líderes angolanos) casou-se com uma cidadã soviética e cercou-se no seu ministério de elementos pro soviético, como ele educado na União Soviética e casados com soviéticas. Constitui na RPA o chamado “Clube de Patrice Lumumba” (diplomados na Universidade de Moscou). As simpatias do ministro de sua equipe transparecem evidentemente nas atitudes assumidas em relação aos ocidentais. Conforme pode unificar-se com a missão em Luanda do Ministro. Paulo Fecha de Lima há muito mais interesse em dialogar cordialmente com o Brasil nos ministérios econômicos, no ministério na educação, saúde, justiça etc. (mesmo no movimento e no ministério da defesa) do que no ministério da relações exteriores.²²

²¹ “Cumpre observar que na década de 1960, Raimundo Souza Dantas foi o primeiro embaixador negro brasileiro e que foi enviado para Gana como embaixador inserido na política externa autônoma do então presidente Jânio Quadros. Dessa experiência escreveu o livro *África Difícil* (1965) discorrendo sobre o período que viveu em Gana” (SANTOS, 2014, p. 111).

²² TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: LINHA POLÍTICA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. EM 20/04/1976.

Sobre Roberto de Almeida²³ é importante informarmos que o mesmo é irmão de Deolinda Rodrigues²⁴, protagonista reverenciada até hoje pelos angolanos. A respeito de Almeida e, principalmente do ministro das relações exteriores, José Eduardo dos Santos, o embaixador Ouro Preto demonstra no memorando que os mesmos não eram considerados como contatos confiáveis para o diplomata Paulo Tarso Fecha de Lima, que naquele momento ocupava o cargo de chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty.

José Eduardo dos Santos²⁵, Ministro das Relações Exteriores de Angola, seria, portanto, o caminho natural dentro das relações diplomáticas para entendimentos, inclusive servindo para pleitear junto a outros ministérios estreitamentos nos contatos com outros países. Todavia, Ouro Preto indicava que era preciso buscar outros contatos, por conta das posturas ideológicas apresentadas por José Eduardo dos Santos, que julgava ser decorrente do fato de ter estudado na União Soviética, e por ser casado com mulher de nacionalidade soviética. Além disso, Ouro Preto também desconfiava do grupo que cercava José Eduardo dos Santos, pois estes também possuíam formação na União Soviética e muitos eram casados com mulheres de nacionalidade soviéticas. Por conta de toda essa leitura, Ouro Preto assume que o mais conveniente seria aproximar-se de outros ministros. O embaixador aponta outros fatores para seus argumentos a respeito do então ministro Eduardo dos Santos,

[...] . outro exemplo da relativa frieza na linha adotada por José Eduardo dos Santos em relação à Europa ocidental. Os países do mercado comum, após reconhecer a RPA, passaram nota ao governo de Luanda em vinte de fevereiro passado, o estabelecimento relações diplomáticas. As notas ocidentais não foram até agora respondidas. No entanto a decisão de estabelecer relações diplomáticas com a Europa ocidental já foi tomada em nível de Bureau Político em março passado e efetivamente vários membros do Bureau político, indagaram com surpresa de vice-cônsul [...] europeus porque os seus governos não haviam ainda enviado embaixadores a Luanda já que e “estavam estabelecidas as relações di-

²³ Atualmente, em 2014, ocupa o cargo de vice-presidente do MPLA.

²⁴ A respeito de Deolinda Rodrigues cumpre observar: [...] Seu nome de guerra foi Langilda, que significa em quimbundo “vigilante” ou “sentinela”. Nasceu 10 de fevereiro de 1939, filha de um casal de professores primários, seu pai, além de docente, era pastor evangélico. Na infância foi estudar em Luanda, como seus irmãos, tendo sido cuidada pela mãe do depois líder do MPLA, Agostinho Neto. (SANTOS, 2014, p.54)

²⁵ No livro Angola: O Principio do Fim da União Soviética (2009). Registramos a respeito de José Eduardo dos Santos: [...] “Já antes sabia muito sobre Santos. Quando jovem estudante destaca-se por capacidades invulgares, tinha um intelecto tenaz, vivo. Era bem desenvolvido fisicamente: jogou na equipa de futebol da primeira liga “Neftchi” (Azerbaijão). Isto porque estudava na URSS. No nosso país ele casou com um russa, que deu uma filha, e eles três foram viver para Angola. As tempestades políticas levaram-no à liderança do MPLA – Partido do Trabalho e, mesmo tempo, Presidente. Claro que ele não podia pertencer a si próprio. Ele tornou-se um dirigente popular”. “Mas sua vida pessoal – continua o general russo[Valentin Varennikov] - desenvolveu-se de forma bastante dramática. Sob pressão das tradições nacionais, teve de deixar a esposa branca e a filha a formar uma nova família: a esposa do Presidente devia ser negra. Dos Santos sujeitou-se aos costumes do seu povo, mas comportou-se de forma bastante nobre em relação à sua família anterior: deu-lhe uma villa, concedeu à antiga esposa uma pensão e um subsídio à filha. A filha foi autorizada a ir ter com pai à resistência em qualquer tempo livre” (MILHAZES, 2009, p. 113-114).

plomáticas” (o que tecnicamente não é verdade já que as notas europeias não foram ainda respondidas). A implementação da decisão exterior há indícios de que a posição de José Eduardo dos Santos re [sic] vem degredando no governo, apesar de sua participação no Bureau Político. As negociações com o Zaire que culminaram com os acordos de Brazzaville foram conduzidos por Lucio Lara, secretário do movimento e Paulo Jorge, assessor do Presidente para relações exteriores. As negociações foram dirigidas por Paulo Jorge e todos contatos com Zambia que ficaram sob responsabilidade de José Eduardo dos Santos que se ilustraram pela morosidade a atitude do ministro das relações exteriores na última conferência da OEA em Addis Abeba também foi criticada devido aos seus ataques contra o Zaire os quais comprometeram os entendimentos alcançados pela RPA com o governo de Kinsabasa [sic] outro sinal de relativo desgaste da posição de José Eduardo dos Santos pode ser encontrado no fato que a conversão “salvo condutos” não diplomáticas de entrada e saída de Angola passou do ministério do exterior para polícia civil e que a decisão foi tomada durante uma ausência de Luanda do titular das relações exteriores . Convém lembrar por outro lado que certos elementos do ministério do exterior, como Garcia Bires, chefe de organismos internacionais de resistência técnica são mais propensos do que o titular da pasta adotar uma atitude cordial em relação ao Brasil.²⁶

Os primeiros contatos de Ouro Preto com o ministro das relações exteriores, José Eduardo dos Santos, os levou a não vislumbrar um caminho diplomático adequado para o Brasil estreitar suas relações com Angola. Ele via possibilidades em João Garcia Bires, diplomata de carreira, e que assumiu ao longo da história de Angola independente, várias missões. Valendo agregar a informação de que João Garcia Bires continua na ativa, atuando, principalmente, na Ásia, onde foi embaixador na Coreia do Norte.

Não obstante, entre os memorandos que discorrem sobre a relação Brasil e Angola, vemos a preocupação constante do governo angolano com a imprensa internacional e interna, que expõe pronunciamentos do governo brasileiro revelando suas preocupações sobre a presença cubana e da União Soviética em solo angolano. A respeito desta questão, Raimundo Sousa Dantas, que assumiu a embaixada em Angola, faz considerações acerca de uma entrevista que teve com o então ministro das relações estrangeiras, José Eduardo dos Santos, memorando do dia 10/05/1976,

Visitei esta semana o ministro do exterior, senhor José Eduardo dos Santos. Após desejar-me as boas vindas conversou sobre as relações entre os dois países. Demonstrou conhecer bem os objetivos da missão do ministro Paulo Tarso, declarando estar certo de que a presença do embaixador do Brasil em Luanda concretiza as bases então lançadas. Concordou comigo em que a ratificação da linha de crédito a ser aberta pelo Banco do Brasil à Angola deverá ter caráter de urgência para dar início sem demora, as operações já assentadas em princípio. Referiu se também há possibilidade de cooperação científica e tecnológica ao que afirmei a disposição do Brasil, lá há vários campos, se assim desejasse o

²⁶ TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: LINHA POLÍTICA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. EM 20/04/1976.

governo angolano. No que tange as relações políticas que esperava não se preocupar por ter em “Jornal Português” que o presidente Geisel “em recente viagem à Europa” teria declarado “que a presença brasileira em Angola tinha por alvo combater a influência cubana soviética”. Na ausência de instruções sobre o assunto levantado pelo ministro, limitei-me a reiterar o caráter prioritário atribuído pelo Brasil as relações com a África em geral, com Angola em particular, bem como lembrei a nossa fidelidade ao princípio sagrado não intervenção e do respeito mútuo entre os Estados.²⁷

Vemos que mesmo com ressalvas em relação ao ministro José Eduardo dos Santos, o diplomata Ouro Preto abriu-se para o diálogo, permitindo que o mesmo expusesse as preocupações concretas sobre as reais motivações do Brasil em Angola. Além disso, não deixaram de propor parcerias de fomento a negócios entre os dois países, a exemplo da ratificação de uma linha de créditos concedida pelo Banco do Brasil, com caráter de urgência para Angola.

A respeito das parcerias de ciência e tecnologia, é importante contextualizarmos que desde estas iniciativas, essas parcerias ocorrem até hoje, uma vez que o SENAI²⁸ envia técnicos para apoios logísticos e capacitações da força de trabalho em Angola. Além disso, também deve-se registrar o intercâmbio que garantiu a vinda de estudantes africanos desde 1960, dentre eles angolanos, para estudar em universidades de alto nível no Brasil. Cumpre observarmos que recentemente, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi projetada e inaugurada a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia – Afro-brasileira – UNILAB.²⁹

²⁷ TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA EXTERIORES, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: LINHA POLÍTICA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. EM 10/05/1976.

²⁸ A respeito do SENAI em Angola registramos: “O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) assinou contrato internacional de prestação de serviços na área de educação profissional com a Odebrecht. O acordo é para qualificação de profissionais da Biocom, uma subsidiária da Odebrecht no setor sucroalcooleiro e bioenergético, que está em construção na cidade de Cacuso, em Angola. O gerente-executivo de Relações Internacionais do SENAI, Frederico Lamego, disse que o contrato faz parte da proposta de apoiar a internacionalização das empresas brasileiras. “Nos últimos anos, tem ocorrido um crescimento do atendimento do SENAI no exterior. Esse projeto, em Angola, é um marco do ponto de vista de projeção mundial do SENAI, principalmente pela quantidade de pessoas a serem capacitadas”, destacou Lamego. Ao todo, 770 angolanos serão capacitados em ocupações como operador de processo da indústria sucroalcooleira e bioenergética, analista de laboratório industrial, mecânico e eletricitista industrial, soldador e segurança no trabalho, dentre outras. A Biocom vai entrar em funcionamento em junho de 2014 e até 2017, a capacidade de produção será de 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 33 milhões de litros de etanol anidro e 150 GWh de energia a partir de biomassa. Os cursos de curta e média duração começam em janeiro de 2014 e serão organizados e executados pelo SENAI da cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. A região é um importante polo sucroalcooleiro e bioenergético brasileiro. Nos últimos dois anos, o SENAI de Dourados qualificou mais de 6 mil pessoas em cursos de educação profissional voltados para o setor sucroenergético. Em 2010, um grupo de 60 angolanos, que também trabalham na Odebrecht em Angola, recebeu treinamento em Mato Grosso do Sul. Só que dessa vez, os técnicos do SENAI vão ministrar as aulas em Angola”. Site: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2013/11/1,28042/senai-formara-770-trabalhadores-para-usina-da-odebrecht-em-angola.html>. Acesso em 05/08/2014.

²⁹ “A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) nasce baseada nos princípios de cooperação solidária. Em parceria com outros países, principalmente africanos, a Unilab desenvolve formas de crescimento econômico, político e social entre os estudantes, formando cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado. São milhares de pessoas envolvidas entre estudantes, técnicos, docentes e colaboradores. Uma oportunidade de aproximar o interior do nordeste brasileiro a uma educação avançada. Foram mais de três mil inscritos no primeiro processo seletivo. **A Ousadia** “Nenhum tema é tão capaz de unir e transformar um país quanto a educação”, ressaltou o então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, durante aula magna realizada em Maputo-Moçambique. E, em

Ainda sobre o memorando, Souza Dantas expõe outras preocupações com relação a postura do Brasil diante da África do Sul e as questões ligadas a segurança no Atlântico,

[...] nas instruções recebidas em vinte nove de abril último através da embaixada em Lisboa, desmentir categoricamente as acusações vinculadas pelas “Prensa Latina” sobre suposta intenção do Brasil de subscrever acordo do tratado militar do qual participaria a África do Sul, relativo a segurança do Atlântico Sul. Reafirmei a solidariedade do Brasil com os países africanos na sua condenação ao “apartheid” e aos governos de minoria branca na África meridional e nossa não vacilação em aprovar e executar as medidas recomendadas pela Nações Unidas este particular. Sua excelência ouviu essas declarações com grande interesse e afirmou que faria relatório ao presidente da república nessa entrevista sem fixar ainda data para apresentação de credenciais, prometeu me comunica-la com a possível antecedência, lembrando de ser praxe do país do recebimento prévio do discurso a ser pronunciado na ocasião. A este respeito, apurei com segurança que o embaixador da Iugoslávia esperou um mês e meio na União Soviética cerca de um mês para apresenta-las. Peço vênia para ressaltar que o ministro José Eduardo dos Santos manteve atitude extremamente correta e cordial durante todo o transcurso do nosso encontro fim. Souza Dantas.³⁰

A questão das relações entre Brasil e África do Sul já foi apontada em outros documentos que estudamos. Todavia, vale a pena reforçar o entendimento que em nome das manobras militares a questão do *apartheid* ficou em segundo plano. A questão da segurança sempre foi “carro chefe” no discurso da Ditadura Civil-Militar, sendo inclusive, tema tratado no livro do General Golbery do Couto e Silva.

Registramos ainda esclarecimentos que o Itamaraty deu para embaixada brasileira em Luanda, e mesmo não conseguindo identificar o autor do memorando, julgamos que trechos deste documento interessam para nosso trabalho. Em 17/05/1976,

comum acordo com os países parceiros, tornou a ideia em realidade: a criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, principalmente com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). **O desafio:** Em outubro 2008, criou-se a Comissão de Implantação da Unilab (instituída pela secretária de educação superior) que, ao longo de dois anos fez levantamentos e estudos a respeito de temas e problemas comuns ao Brasil e países parceiros nessa integração. Levantou atividades para o planejamento institucional, preparou a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, etc. Durante esse período foram realizadas incansáveis reuniões, debates e parcerias importantes, tanto no Brasil como no exterior, pelos membros da comissão. Além disso, foram analisadas propostas e diretrizes elaboradas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo. Foram privilegiados temas propícios ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária, além de sua aderência às demandas nacionais, relevância e impacto em políticas de desenvolvimento econômico e social. Em 20 de julho de 2010, o Presidente da República sancionou a Lei nº 12.289 instituindo a Unilab como Universidade Pública Federal. Após a nomeação do Reitor Pro Tempore Paulo Speller, os trabalhos da comissão foram encerrados. **Redenção** “É o Brasil assumindo a sua grandeza, assumindo a condição de um país que, a vida inteira, foi receptor e, agora, é um país doador. Nós queremos ajudar os outros a se desenvolverem”, disse Lula, em seu programa semanal Café com o Presidente ainda em julho de 2010. A sintonia dos objetivos pautados em busca desta redenção encontrou concordância com a cidade de mesmo nome no interior do Ceará, pioneira na abolição da escravatura em 1883. Localizada a 55Km da capital cearense, a criação do campus em Redenção representou bem a proposta da Unilab: integrar para desenvolver”. Informações retiradas do site <http://www.unilab.edu.br/como-surgiu/> Acesso em 05/08/2014.

³⁰ TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA EXTERIORES, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: LINHA POLÍTICA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. EM 10/05/1976.

Para conhecimento exclusivo e orientação de Vossa Excelência, acrescento que o Presidente Geisel foi abordado sobre o assunto pelo presidente Giscard d'Estaing durante a visita oficial que fez à França. Comenta Giscard d'Estaing que via com muito pessimismo a situação em Angola, considerando o país “perdido” pela influência soviética. O Externa “Pragmática Ecumênica e Responsável” retrucou dizendo ver de outra maneira a situação. Para ele, fora precisamente a falta de compreensão do oriente e o desamparo em que deixara os que lutavam contra o colonialismo nos territórios portugueses que tornou possível a Cuba e a União Soviética adquirirem a situação que alcançaram junto ao Governo como o de Angola, sem alternativa de apoio para sustentarem a luta pela independência nacional. Esse erro não era irrecuperável, ainda porque os Governos africanos, mesmo os marxistas, são sobretudo nacionalistas e não há exemplo de êxito continuado de presença soviética no continente. O Brasil, que sempre esteve presente em Angola, por compreender que não lhe é possível deixar de procurar ter boas relações com países de expressão portuguesa terá para Angola a opção de cooperação com os países ocidentais, uma opção que é desejada mesmo em Angola e que o Ocidente deveria saber não desperdiçar.³¹

O encontro entre os presidentes Geisel e Giscard d'Estaing traz informações pertinentes ao nosso trabalho, pois como vimos em linhas anteriores, a imprensa brasileira e internacional havia noticiado uma ação conjunta que envolvia Brasil e França nas decisões em relação ao Estado angolano. No documento acima citado podemos observar uma análise “futurística” que acabou se confirmando, pois embora diversos países no continente africano tenham inicialmente se declarado socialistas, a exemplo de Angola,³² com o fim da Guerra Fria imediatamente assumiram uma condução de desenvolvimento capitalista, apesar do controle do Estado na economia, e na recusa tácita ao neoliberalismo.

Em relação as preocupações do presidente francês Giscard d'Estaing, sobre a direção assumida pelo governo angolano, com a presença cubana, vemos que as preocupações eram muito mais por conta de interesses particulares da França, como podemos ver no livro do ex-ministro das relações exteriores dos EUA, Henry Kissinger, *Anos de Renovação* (2003),

[...] passei em revista a situação em Angola com o Presidente francês Giscard d'Estaing durante o governo mantinha relações mais estreitas e cuja segurança interna protegia mais frequentemente do que qualquer outro antigo poder colonial

³¹ TELEGRAMA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PARA BRASEMB LUANDA, CARATER SECRETO URGENTISSIMO – ÍNDICE VISTA AO MINISTRO DO EXTERIOR. EM 17/05/1976.

³² “A bandeira consiste de duas listras horizontais iguais de vermelho superior e inferior preta. A cor vermelha simboliza o socialismo que procurou o MPLA, que significa África Negra. Mais tarde, o vermelho era menos definido em termos do programa do partido e não para o sangue que foi derramado pelos angolanos na luta pela independência. Assim, a importância também é dada no artigo 162 da Constituição de 1992, que estabelece a bandeira nacional. Ao longo dos dois tiras está localizado no centro da bandeira, o emblema de Angola, o que representa uma meia engrenagem, um facão e uma estrela de cinco pontas. A engrenagem simboliza a classe operária, os camponeses, o facão, o progresso estrela e internacionalismo. A semelhança com o símbolo do martelo e foice na bandeira da União Soviética se refere ao comunismo”. Informações no site <http://www.bandeiras-nacionais.com/bandeira-angola.html> Acessado em 05/08/2014.

fazia relativamente aos seus anteriores tutelados. E o Zaire, embora colónia belga, era francófono.

Os herdeiros da diplomacia de Richelieu não confiavam em declarações piedosas de boa vontade do gênero “manter África fora da Guerra Fria”. Giscard partilhava nossa opinião de que a combinação de fornecimento soviéticos e de tropas cubanas podia prejudicar a estabilidade em todos os territórios francófonos e não apenas no Zaire. Ao longo do episódio angolano, o governo francês demonstra um interesse benevolente e o seu ousado e imaginativo Chefe dos serviços de informações, o Conde Alexandre de Marenches, prestava-nos inestimáveis conselhos e, em certas ocasiões assistência técnica. Em 19 de Novembro, Giscard escrevera à Ford uma carta ponderada chamando a sua atenção para nova realidade de que “União Soviética, ao longo dos últimos dias já não está a conceder uma ajuda maciça e aberta ao MPLA, de Neto” [...] (KISSINGER, 2003, p. 728)

Por meio do relato de Kissinger podemos deduzir que as suspeitas do Estado angolano tinham suas razões, pois o presidente francês Giscard acreditava que a permanência de tropas da então União Soviética e Cuba, em África, principalmente em Angola, poderia contribuir para o avanço do socialismo nos países africanos de expressão francófonas, o que não era interessante para França, tendo em vista que suas influências diminuiriam. Todavia, como vimos pela análise feita pelo então presidente brasileiro, a influência do socialismo não foi perene. O embaixador Souza Dantas, em outro memorando, discorreu sobre a entrevista que teve com o primeiro-ministro Lopo do Nascimento, em que vai de encontro com as preocupações geopolíticas expostas por Kissinger, em 6/10/1976,

[...] 517. Os jornais de hoje reproduzem entrevista coletiva de imprensa – que estava em vias de ser comunicada a vossencia [sic] – concedida pelo primeiro-ministro no último dia de sua visita à Itália. Entrevista – que foi reproduzida, princípio, “in totum” – Em longa e apresenta como temas principais o futuro da África Austral e as relações internacionais de Angola. Após criticar acerbamente a política exterior estadunidense e sublinhar a recusa do “plano Kissinger” pelos países confrotacionistas e pelo povo de Zimbábue e da Namíbia, o Sr. Lopo do Nascimento respondeu – nos seguintes termos a pergunta de jornalista não identificado a respeito da formação de blocos militares no Atlântico Sul e no Indico: “Nos citamos, sempre o Atlântico Sul dentro da perspectiva anunciada no segundo ponto da pergunta, tendo em conta a formação de um pacto militar.”³³

Cumpramos observar a constante preocupação do governo angolano em relação a geopolítica, que foi agravada com as motivações ideológicas da Guerra Fria. Vimos que Kissinger (2003) expunha sua preocupação com o processo de independência de Angola se expandir para outros países, assim como a África do Sul, com o seu regime de *apartheid*, com receios de que os “ven-

³³ TELEGRAMA LUANDA PARA EXTERIORES. - CARATER SECRETO URGENTISSIMO – ÍNDICE POLÍTICA. ANGOLA. BRASIL. DECLARAÇÕES ATRIBUIDAS AO PRIMEIRO-MINISTRO LOPO DO NASCIMENTO. EM 06/10/1976.

tos das mudanças” chegassem por lá. Lopo Nascimento expôs sua preocupação com informações da formação de blocos que estariam se organizando no Atlântico Sul para manobras militares, questão muito importante para o governo militar.

Todavia, o Estado brasileiro realizou manobras políticas ligadas à questão territorial, no caso aqui, marítima, as quais o pesquisador Eli Alves Penha (2011) enfatiza a materialização dessas no que diz respeito à relação Brasil e continente africano,

[...] Outra medida estratégica de projeção brasileira no Atlântico Sul foi a extensão do mar territorial brasileiro par a faixa de 2000 milhas, [...], pois tinha precisamente o sentido do país declarar independência em relação à política externa norte-americana. Segundo Saraiva (1996) a outra intenção dessa medida era envolver os países africanos da costa atlântica no apoio à decisão do governo Médici. A solidariedade africana à decisão unilateral brasileira era importante trunfo junto aos organizamos multilaterais, denotando que o centro do enfoque estratégico para a África era ressaltar a importância do Atlântico Sul como área vital para a segurança econômica na região (PENHA, 2011, p. 166)

Lembremos que no governo anterior a Geisel, o presidente Médici já vislumbrava a estratégia de aproximação com o Continente africano. Assim sendo, inferimos com mais veemência a posição dúbia que o Estado brasileiro tinha em relação à política externa voltada à África, no nosso caso a Angola. Contudo, havia outras suspeitas de que o primeiro ministro Nascimento levantou, em relação a manobras marítimas envolvendo o Brasil,

Como sabem, ainda muito recentemente, foram terminadas as manobras navais denominadas UNITAS III ou IV e nós temos conhecimento da situação que se vive no oceano Índico. Aliás, nós tivemos oportunidade de discutir pessoalmente com autoridades de Madagascar este problema. E tudo leva a crer que, efetivamente, os Estados Unidos, África do Sul e já tivemos a oportunidade de expressar oficialmente ao governo brasileiro, ignoro se a mencionada manifestação de preocupações ao governo brasileiro se prenderia à entrevista que mantive com o Sr. Lopo do Nascimento em doze de agosto (tel 445). Conforme já comuniquei, especialmente pelo tel 543, a imprensa de Luanda tem voltado ao tema “Pacto do Atlântico Sul”, que é confundido simultaneamente com o imperialismo americano – do que a missão Kissinger seria tentativa desesperada de manutenção – com o acordo nuclear franco sul africano, com a política agressiva de Pequim, etc . A recém-terminada visita do primeiro-ministro à Itália, aliás, merece cobertura relativamente reduzida por parte da imprensa angolana e notei a ausência de declarações substantivas e tom bastante moderado no que tange as relações internacionais de Angola que havia sido posto de lado nos últimos tempos – ou, mais coincidentemente, após o veto norte americano nas Nações Unidas. O “Jornal de Angola” de ontem assim define a política exterior do MPLA deste país: “somos um país cujas fronteiras começaram e acabam nesta linha inalterável: em Angola só os angolanos decidem. Estas são fronteiras do poder . Para além disso e desde que se não atropelem os consagrados princípios do assunto interno somos um país aberto à relações com outros países do mundo fundamentalmente aberto ao estabelecimento e troca de experiência com todos os povos que o queiram fazer dentro do respeito dos princípios atrás expostos”. Fi-

nalmente, comunico que não foi mencionado nesta capital o noticiário do jornal mexicano “Excelsior”.³⁴

Essa parte do memorando traz vários elementos que corroboram para visualizarmos que esse período estava repleto de tensões, a exemplo da operação UNITAS, na qual o Brasil esteve envolvido desde o estabelecimento da Ditadura Civil-Militar brasileira, que constituía operações militares, envolvendo manobras navais de países do continente americano (Argentina, Brasil e Estados Unidos), pensando justamente na defesa conjunta no Oceano Atlântico. Isto nos faz indagar se realmente Lopo Nascimento tinha motivos para suas preocupações em relação a uma ação conjunta.

Neste processo investigativo, muito nos interessa a indagação feita pelos pesquisadores Celso Castro e Marina D’Araujo (1997), a respeito da política do Brasil em relação a África do Sul, e as manobras marítimas UNITAS feita ao general Geisel, que sabemos era o presidente do Brasil àquela altura,

No seu governo surgiram rumores sobre a proposta de um pacto do Atlântico Sul entre Brasil e Argentina, com a participação da África do Sul. Há algum fundamento nosso?

Não. O Brasil participou do boicote internacional à África do Sul por causa da segregação racial que lá imperava. No meu governo surgiu um problema relativo a provas esportivas, principalmente náuticas, que os desportistas do Brasil queriam concorrer. Não participaram porque foi decretado o boicote a essas competições.

Com relação a pactos, o que há são certos acordos dentro da OEA. Anualmente se fazem manobras navais conjuntas da Argentina, Brasil e Estados Unidos para a defesa do Atlântico. É a operação Unitas. Há também um relacionamento entre as forças terrestres, mas extensivos aos demais países da América. Periodicamente representantes do Estado-Maior se reúne ou no Brasil, ou nos Estados Unidos, ou num país americano. São consequências da guerra, que permaneceram depois, por causa do problema comunista. Até hoje existem. Em Washington funciona a Junta Interamericana de Defesa, integrada por militares dos países americanos (CASTRO e D’ARAUJO, 1997, p. 348).

O relato feito pelo general Geisel evidencia a postura de uma política externa pautada no pragmatismo, que procurava ter posturas políticas que agradassem os seus “novos aliados” (no nosso caso Angola e países africanos solidários ao mesmo), mas ao mesmo tempo, tinha ligações estreitas com os desafetos destes países dentro do cenário da Guerra Fria, como os Estados Unidos. Percebemos que essa postura “melindrosa” criou ranhuras com ambos os lados (Angola e Estados Unidos). Se por um lado Angola, de forma diplomática cobrava uma postura mais clara

³⁴ TELEGRAMA LUANDA PARA EXTERIORES. - CARATER SECRETO URGENTISSIMO – ÍNDICE POLÍTICA. ANGOLA. BRASIL. DECLARAÇÕES ATRIBUIDAS AO PRIMEIRO-MINISTRO LOPO DO NASCIMENTO. EM 06/10/1976.

do Brasil pedindo explicações sobre o que saía na imprensa, a exemplo da suspeita de estar a serviço do imperialismo estadunidense, por outro lado os Estados Unidos reivindicava do Brasil explicações por suas posturas,

Em cada negociação dessas os Estados Unidos se pronunciavam? Não se pronunciavam diretamente, davam a entender. Uma das medidas que o Silveira adotou foi estabelecer com os Estados Unidos um “memorando de entendimento”, que estabelecia as bases de entendimento sem prejuízo de ação dos respectivos embaixadores em função de um representante americano qualificado, enviado pelo respectivo Ministério das Relações Exteriores, vinha ao Brasil apresentar e discutir os problemas existentes. Periodicamente também ia um representante brasileiro a Washington. Ou ia o Silveira, ou outro ministro do Itamarati, e discutia os nossos problemas recíprocos. Havia trocas de informações, de reclamações, e essas conversações nem sempre eram agradáveis. Às vezes se chegava ao entendimento, a bons resultados. Sempre procurávamos conviver com os Estados Unidos, do ponto de vista diplomático, em pé de igualdade. (CASTRO e D’ARAUJO, 1997, p. 345.)

Além das questões diplomáticas, as quais já abordamos, outro problema era de cunho nuclear, principalmente ao longo da Guerra Fria, pois ali sempre houveram ameaças de ambos os lados, mesmo que sempre tragam à baila o episódio da Baía dos Porcos, em Cuba, envolvendo os Estados Unidos e União Soviética, em 1962, em que uma embarcação vinda da União Soviética com destino a Cuba foi interceptada, o que possibilitou que as agências de inteligência estadunidenses descobrissem que havia bombas nucleares. Este episódio ficou conhecido como a “crises dos mísseis”³⁵, situação que serve como elemento para refletirmos acerca do contexto em que vivia Angola pós-independência, especialmente no que se referia às tensões com África do Sul, que historicamente lutou contra o MPLA, pois tinha receio da influência do socialismo e de que o fim da política de segregação chegassem em solo sul africano.

O embaixador Souza Dantas, ao mencionar em seu memorando o acordo nuclear franco-sul africano, demonstra que as potências ocidentais aliadas à África do Sul viam com preocupação os movimentos emancipatórios em África. Como já demonstramos repetidas vezes neste trabalho, o Estado francês temia o avanço da influência da URSS, em solo africano. Recentemente vieram à tona documentos que demonstram um acordo entre Portugal, Israel e África do Sul para que o último tivesse permissão para possuir bombas atômicas que seriam para proteger de ataques dos movimentos de independências das ex-colônias portuguesas em África.

³⁵ A respeito dessa questão importa salientarmos: “Ray Cline, subdiretor para Assuntos de Informações da CIA. (Em outubro de 1962 Cline fora o autor do memorando que assegurara ao presidente John Kennedy a existência, em Cuba, de pelo menos oito mísseis soviéticos de médio alcance capazes de atingir o território americano).” (GASPARI, 2002, p 166)

Registramos que em 2009 a revista *África 21* publicou, um artigo escrito por Nicola Gardiola, intitulado *Aliança secreta apartheid, Portugal e Rodésia*, que vai ao encontro das preocupações de Lopo Nascimento, fatos que ocorreram no processo de luta pela libertação na década de 1970,

O marechal Costa Gomes, que impedira a publicação em 1974 do relatório de uma comissão de inquérito da ONU enviada a Moçambique após o massacre de Wiriyamu, e que acusava Portugal de crimes de guerra, admitia sem reboço a utilização de napalm e de desfolhantes químicos pelas tropas portuguesas nos três teatros de guerra em África, mas negava, rotundamente, ter alguma vez autorizado o uso de armas bacteriológicas. O mesmo Costa Gomes fez alusão, em 1995, a uma misteriosa “arma invencível” que teria permitido acabar com a guerra de forma “definitiva”, mas cujo uso tinha sido excluído, por razões também não esclarecidas. Estaria a pensar Costa Gomes no “Exercício Alcora” (de que nunca falou) e do arsenal de armas de destruição maciça de que dispunha o principal “parceiro” de Portugal nesta aliança? Este arsenal, então secreto, é hoje bem conhecido, graças aos depoimentos de vários “arrepentidos” perante a Comissão Verdade e Reconciliação criada após a queda do regime racista. Sabe-se agora que a África do Sul se lançou na produção de armas nucleares, em 1971 com estreita colaboração com Israel. Segundo a Agência da Energia Atômica da ONU (AIAE) possuía, no final da década, pelo menos sete bombas atômicas, e trabalhava então num programa de miniaturização para produzir armas nucleares táticas – o programa nuclear sul-africano foi entretanto abandonado e destruído em 1992, sob a fiscalização da AIEA. O activista holandês anti-apartheid Klàs de Jonge denunciou nos anos 70 várias “operações sujas” com armas químicas e bacteriológicas realizadas na Rodésia nos anos 70 no âmbito da Operação Alcora; o ex-coronel do exército rodésiano Lionel Dyck revelou ter assistido à contaminação de rios com o bacilo da cólera em Moçambique e Rodésia; e os dossiês secretos da Comissão Verdade e Reconciliação estão repletos de informações acerca das armas químicas desenvolvidas pelo Forensic Sciences Laboratory, em Visagie Street, dirigido pelo major-general Lothar Neethling ou das inúmeras toxinas e biotoxinas surgidas no âmbito do programa Coast, criado em 1983 e dirigido pelo Dr. Wouter Basson. Sabe-se que estas armas foram utilizadas em combate contra as tropas governamentais em Angola e Moçambique, e para tentar eliminar líderes da oposição ao regime racista, entre os quais o bispo Desmond Tutu (GARDIOLA, 2009, p. 24).

Embora o fato acima tenha ocorrido alguns anos antes da emancipação angolana, mormente vemos que as denúncias feitas sobre a possibilidade de arma atômica, no continente africano, nas mãos do então Estado racista da África do Sul, tem sua veracidade. Não obstante, o próprio uso de armas de grande poder de morticínios, a exemplo do napalm, armas bacteriológicas e químicas, que foram usadas de maneiras indiscriminadas.

Neste contexto é possível compreendermos o porquê de o continente africano ser acometido por epidemias que afetam a sociedade civil como um todo. Vemos, portanto, que, muitas vezes, a pobreza e os problemas de saúde pública em África são decorrentes de armas de guerra silenciosas. Ao olharmos para o continente africano, nos deparamos com inúmeras iniciativas de

países do centro capitalista, em desenvolver vacinas para a doença, vacinas que via de regra, continuarão distantes das populações que mais sofrem.

Mas, voltando a atuação do corpo diplomático brasileira, verificamos a cobertura da imprensa tanto interna brasileira e internacional numa perspectiva de alertar a opinião pública angolana ou brasileira, para condutas dúbias do governo brasileiro. Além do posicionamento oficial brasileiro, temos a atuação do jornalista brasileiro Fernando Luís Câmara Cascudo³⁶, que no processo de independência esteve ao lado da FNLA e foi editor do jornal *A Província de Angola*, chegando a ser conselheiro de Holden Roberto. Em um memorando enviado em 01/11/1976 pela embaixada da Guiné-Bissau (sem identificação) para embaixada de Angola, a diplomacia discorre sobre a possível influência de Luís Carlos Prestes em posicionamento do Estado guineense em relação ao Brasil,

Reftel 603. Surpreendem-me as afirmações do Embaixador de Guiné-Conacri mencionadas na parte final do seu telegrama. São muitas as indicações sobre a contrariedade da União Soviética e Cuba com relação às posições assumidas pelo Brasil no quadro da política africana. Cito, por exemplo, a campanha, desenvolvida até mesmo no âmbito das Nações Unidas, por meio do comunicado de Imprensa emitido pela Missão da União Soviética, sobre pretensão tratado do Atlântico Sul, de que participariam o Brasil e a África do Sul. Parece, portanto, pouco provável que o Senhor Luís Carlos Prestes se incline a defender o fortalecimento das relações do Brasil com África. É, antes, provável que o Embaixador da Guiné Conacri não tenha fornecido a Vossa Excelência uma informação correta sobre a visita de Luís Carlos Prestes ao seu país, se é que tal visita realmente ocorreu. Nesse particular, estou solicitando à Embaixada em Dacar, cumulativa com Conacri, informações sobre se se confirma a visita de Luís Carlos Prestes a Sékou Tourré.³⁷

Luís Carlos Prestes, ícone da esquerda brasileira, protagonista de eventos importantes da história do Brasil, como a Coluna Prestes e a Intentona Comunista, entre outros fatos históricos, por conta de sua militância ficou exilado ao longo do período ditatorial do Brasil e durante esse período recebeu convite de diversos países africanos para comemoração de suas independências. No memorando, além da já citada “campanha” da União Soviética e Cuba contrária a política externa brasileira em solo africano, registramos, segundo o memorando, que provavelmente, Prestes fizesse coro aos países socialistas citados.

Considerações Finais

³⁶ Fernando Câmara Cascudo e Theo Drumond, foram redatores do *Jornal A Província de Angola*, Câmara Cascudo e indicado como um dos conselheiros de Holden Roberto, que foi líder a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA para maiores ver: SANTOS, 2015; 2018.

³⁷ TELEGRAMA DA EMBAIXADA DE GUINÉ CONACRI PARA EMBAIXADA EM ANGOLA. CARATER – SECRETO – ÍNDICE – DECLARAÇÃO DO EMBAIXADOR DE GUINÉ CONACRI. EM 01/11/1976.

O presente artigo, baseado em memorandos do Itamaraty e demais fontes, evidencia que embora o Estado brasileiro tenha um discurso de protagonismo em relação à independência de Angola, observa-se que foi um processo complexo, em que vemos dentro do governo brasileiro e da própria imprensa brasileira várias tendências, muitas vezes ligadas a interesses empresariais monopolistas, que não viram com “bons olhos” esse protagonismo brasileiro.

Todavia, outros setores do empresariado brasileiro foram privilegiados com essa emancipação, a exemplo de empresas privadas como a Odebrecht, Camargo Corrêa, dentre outras. Não nos esqueçamos das empresas estatais, a exemplo da Petrobras, conjuntamente com a Sonagol, empresa estatal de petróleo de Angola, que desde a formação do Estado angolano vem trabalhando conjuntamente na exploração desse produto.

O Estado brasileiro e a representação empresarial do Brasil, como vimos, serviram para estreitar laços com o Estado angolano. Inferimos que o Estado brasileiro tem por objetivo ter em Angola uma região de influência sua, na África, o que fica evidente com os convênios para que angolanos venham estudar no solo brasileiro desde 1960³⁸ e com Universidade de Integração Internacional da Lusofonia – Afro-brasileira – UNILAB, que para além dos estudantes de Angola, incluem, discentes de outros países africanos e até Asiáticos. Portanto, discorrer a respeito da relação Brasil e Angola, pós-independência fica patente os diversos interesses que estão além de questões humanitárias, ou seja, muito mais ligadas a estruturas econômicas de geopolítica de poder.

REFERÊNCIAS:

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa - Jornalismo de Oposição e Inovação**. São Paulo: Ática, 1995.

CONCEIÇÃO, José Nunes Pereira. **Estudos africanos no Brasil e as relações com a África: um estudo de caso o CEAA, 1973-1986**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade de São Paulo, SP, 1991.

³⁸ Quando o governo brasileiro do presidente Jânio Quadros instituiu a Política Externa Independente (PEI), numa política pró-autonomia e aproximações com o continente africano, houve destaque para atuação do Ministério das Relações Exteriores. Com a criação de embaixadas e representações no continente africano, como parte daquele intercâmbio houve a implantação da política de bolsas de estudos para que estudantes do continente africano se profissionalizassem no Brasil (SANTOS, 2010, p10.). Ver também: SANTOS, 2014.

- D'ARAÚJO, Celina; CASTRO Celso. (Orgs) **Ernesto Geisel**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- GARDIOLA, Nicola. Aliança secreta apartheid, Portugal e Rodésia. **Revista África 21**. Luanda: Movipress, 2009.
- KISSINGER, Henry. **Anos de Renovação**. Lisboa: Gradiva, 2003.
- MATEUS, Dalila Cabrita e Mateus Álvaro. **Purga em Angola**: Nito Alves/Sita Valles/ Zé Van Dunem: O 27 de Maio de 1977. 3ed. Alfragide – Portugal: Texto, 2009.
- MELO, Ovídeo de Andrade. **Recordações de um Removedor de Mofo no Itamaraty**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.
- MILHAZES, José. **Angola: O princípio do Fim da União Soviética**. 2ed. Lisboa: Nova Vega, 2009.
- PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SANTOS, José Francisco dos. **Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento”: Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica PUC, São Paulo, SP, 2010.
- SANTOS, José Francisco dos. **Relação Brasil/Angola: A participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- SANTOS, José Francisco. **Angola: Política Externa Brasileira para África no olhar de Ovídio de Andrade Melo**. Salvador: Sagga Editora, 2018.
- SANTOS, José. Francisco dos. **Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da guerra fria**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica PUC, São Paulo, SP, 2015.
- SARAIVA, José Flávio S. **O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)**. Brasília: UNB, 1996.
- SPEKTOR, Matias (Org.). **Azeredo da Silveira: um depoimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.